

ARTIGO



Batalhas nas ruas, guerra nas redes: notas sobre a cobertura midiática da violência em manifestações

Battles on the streets, war on the networks: notes on the media coverage of violence at protests

Arthur Coelho Bezerra*

Carolina Christoph Grillo**

RESUMO

Com referência à eclosão de protestos no Brasil desde junho de 2013, este trabalho analisa o modo como a violência deflagrada durante as manifestações é narrada pela grande mídia e coletivos midiativistas, atentando-se para os interesses expressos nas narrações dos fatos. Constatamos que a imprensa corporativa tende a não problematizar a violência policial e a enfatizar a atuação de “vândalos”, ao passo que os midiativistas costumam culpar a polícia pela ocorrência de confrontos e representar positivamente as ações associadas à tática Black Bloc. O texto apresenta uma descrição analítica da guerra de narrativas travada por estes dois segmentos do jornalismo.

Palavras-chave: Mídia; Midiativismo; Violência; Manifestações; Polícia.

ABSTRACT

Regarding the outbreak of protests in Brazil since June 2013, this paper analyses how violence unleashed during demonstrations is narrated by the mass media and mediactivist collectives, focusing on the interests expressed in the narration of facts. We found that corporative press tends to take police violence as unproblematic and to emphasize the actions of so-called “vandals”, while mediactivists usually blame police for the emergence of clashes and positively represent actions associated to the Black Bloc tactics. The text presents an analytical description of the war of narratives fought between these two segments of journalism.

Keywords: Media; Mediactivism; Violence; Protests; Police.

* Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisador adjunto do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Professor do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI - IBICT/UFRJ). Pesquisador do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU - UFRJ). Endereço: Rua Lauro Muller, 450 - 4º andar - Botafogo - 22290-160 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone (21) 2275-0321. E-mail: arthurbezerra@ibict.br

** Doutora em Antropologia Cultural pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pesquisadora do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC - FGV). Pesquisadora do Núcleo de Estudos da Cidadania, Conflito e Violência Urbana (NECVU - UFRJ). Endereço: Praia de Botafogo, 190, 14º andar, Botafogo, 22250-145 - Rio de Janeiro - RJ. Telefone.: (21) 3799-4747. E-mail: carolina.grillo@fgv.br

Rebenta uma greve? Para o jornal burguês os operários nunca têm razão.
*Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários,
são sempre tumultuosos, facciosos, malfeitores.*

(Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere - volume 2)

INTRODUÇÃO

Policiais trajando imponentes vestimentas de proteção disparam tiros de borracha, bombas de gás e de efeito moral contra a massa de manifestantes, enquanto jovens mascarados usam tapumes como escudo e atiram pedras contra a polícia. Fogo é ateadado em lixeiras jogadas no meio da rua, formando barricadas, ao passo que vidraças de agências bancárias e pontos de ônibus são quebradas com pontapés e pedaços de pau. Policiais agridem manifestantes aleatoriamente com seus cassetetes. Cenas como essas protagonizaram a cobertura jornalística dos protestos brasileiros iniciados em junho de 2013, quando milhões de manifestantes foram às ruas contra o aumento do valor das passagens de ônibus.

A exibição das cenas de violência presta-se à expressão de diferentes interesses pelo modo como são narradas, suscitando reações diversas na audiência heterogênea dos telejornais e usuários das redes sociais. No presente artigo, propomo-nos a discutir as formas como a violência nos protestos é narrada e em certa medida instrumentalizada por dois diferentes segmentos que produzem jornalismo: a chamada grande mídia e os coletivos midiativistas.

Desde já, é preciso ressaltar que essa divisão serve a fins estritamente analíticos, mas que não se configura de maneira tão estanque na realidade. Sem embargo, há especificidades e divergências entre veículos de informação, mesmo no interior de cada um desses segmentos, que desautorizariam uma cisão concreta entre ambos. Deve ficar claro que a divisão entre grande mídia e coletivos midiativistas se baseia nas categorias nativas evocadas pelos próprios midiativistas, sendo válida apenas como recurso analítico para trabalhar determinadas categorias que serão atribuídas ora a um segmento ora a outro.

Quando falamos em *grande mídia*, referimo-nos aos grupos organizados na forma de conglomerados empresariais, que extraem suas rendas a partir da verba publicitária de seus anunciantes e que, embora falem para um grande contingente, possuem uma estrutura centralizada, à maneira das corporações industriais do século XX. No linguajar dos veículos que não se inserem nesse padrão e que se denominam independentes, a grande mídia é também chamada de *mídia corporativa*, *mídia conservadora*, *mídia hegemônica* ou *mídia de massa*.

Já os *coletivos midiativistas* são formados por indivíduos que partilham interesses comuns, geralmente voltados para a produção de um jornalismo focado na discussão de questões sociais e denúncias de abusos por parte das autoridades governamentais. Segundo Malini e Antoun, o midiativista ou midialivrista é o “hacker das narrativas”, ou seja, é alguém que “produz, continuamente, narrativas sobre acontecimentos sociais que destoam das visões editadas pelos jornais, canais de TV e emissoras de rádio de grandes conglomerados de comunicação” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 23). Autônomo e independente de financiamento empresarial, o movimento midialivrista vale-se do uso das novas tecnologias de informação e comunicação e da estrutura rizomática das redes digitais para comunicar-se diretamente com “a massa”, evitando hierarquias que reproduzam a velha lógica um-todos que dominou a comunicação da grande indústria da informação no século XX.

Feitas as ressalvas relativas à distinção analítica empregada, vale explicitarmos também o ponto de vista a partir do qual este trabalho foi elaborado. A aproximação com o objeto deveu-se, em grande medida, à participação de ambos os pesquisadores tanto nas manifestações de rua quanto no ativismo em redes sociais. Daí a opção por empregar as categorias operacionalizadas pelos midiativistas e não aquelas adotadas pela grande imprensa (jornalismo profissional versus jornalismo amador). Foi através do testemunho direto das cenas de violência nas ruas e da possibilidade de contrastar nossas próprias experiências com as narrativas veiculadas por ambos os segmentos acima mencionados que emergiram nossas reflexões a respeito do tema. Também a frequência aos espaços públicos de diálogo – como plenárias, assembleias e reuniões nas quais eram debatidas as pautas, estratégias de ação e roteiros das manifestações – permitiu o acompanhamento das discussões internas ao movimento e o mapeamento da sua composição e linhas de tensão.

Embora sejam muitas as questões suscitadas pela experiência de contato direto com as mobilizações, este trabalho toma como foco apenas o tema da violência deflagrada nos protestos e, mais especificamente, a guerra de narrativas travada ao seu redor. Para introduzir a discussão, optamos por ressaltar primeiro a conexão entre os eventos recentes passados no Brasil e tendências internacionais que vêm marcando os protestos neste início de século – notadamente, o papel das novas tecnologias digitais na articulação e cobertura jornalística das manifestações, a intensa repressão policial e a emergência da tática *Black Bloc*. Em seguida, analisamos a aparição destes elementos no contexto brasileiro para, na sessão posterior, discutir o papel desempenhado pela grande imprensa na legitimação da violência policial. Por fim, abordamos as importantes transformações produzidas pela eclosão do midiativismo no cenário brasileiro das manifestações. Como os eventos considerados são ainda muito recentes, ressaltamos que as análises esboçadas neste trabalho são apenas exploratórias, estando as abordagens teóricas sujeitas a reformulações e aprofundamentos.

INTERNET, MOBILIZAÇÃO E REPRESSÃO: AS TENDÊNCIAS INTERNACIONAIS

Quando se iniciaram, em junho, os protestos contra o aumento no valor das tarifas de ônibus em diversas cidades, centenas de milhares de pessoas foram às ruas participar de atos promovidos em redes sociais pela internet, mostrando como as interações virtuais são capazes de articular também mobilizações reais traduzidas em corpos físicos ocupando territórios concretos – a despeito do ceticismo de Fernback e Thompson (1995) com relação à cidadania no ciberespaço¹. Desde a experiência pioneira de Seattle, em 1999, quando protestos contra uma reunião ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) foram promovidos e debatidos pela internet, manifestações virtualmente articuladas proliferaram-se pelo mundo, chegando apenas em 2013 com real vigor ao Brasil. A chamada Batalha de Seattle deu também origem ao surgimento e popularização do *Independent Media Center* (IMC), cujo modelo de cobertura alternativa dos protestos passou a expandir-se para outras cidades e países.

¹Esses autores enfatizam que as comunidades virtuais de internet apresentam-se como agregados humanos não reais, que contribuiriam para a fragmentação cultural e política dos Estados Unidos e deslocariam a cidadania para o campo do discurso em detrimento das ações concretas.

No dia 30 de novembro de 1999, várias ações de bloqueio foram convocadas por manifestantes de diversas partes do mundo que se encontravam em Seattle para protestar contra a reunião da OMC. Em resposta, o prefeito da cidade declarou estado de emergência e decretou toque de recolher a partir das sete da noite, momento em que a polícia começou a dispersar manifestantes da zona central mediante uso de bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo.

A violência deflagrada, no entanto, não foi unilateral. Na mesma Seattle em que se verificou a presença de grande repressão policial, Di Giovanni aponta também a “aparição midiática de outra imagem importante do movimento antiglobalização: grupos de manifestantes vestidos de negro da cabeça aos pés foram identificados como responsáveis pelo incêndio de latas de lixo, barricadas e pela destruição de vitrines” (DI GIOVANNI, 2012, p. 68-69). A autora refere-se aos grupos que aderem à chamada tática *Black Bloc*, cuja expressiva atuação marcou muitos dos protestos subsequentes e também foi percebida nas manifestações brasileiras de 2013. Di Giovanni destaca algumas formas de atuação, listadas por Morjane Baba, que definem o bloco: “a grande mobilidade e adaptabilidade ante a ação policial, os lenços e as máscaras que escondem os rostos e mantêm o anonimato, o revide à repressão (como lançar de volta as granadas de gás lacrimogêneo, pedras ou molotovs), a destruição da propriedade privada e pichações” (apud DI GIOVANNI, 2012, p. 100).

Segundo ativistas do *The Green Mountain Anarchist Collective* (MASSOT; DEUSEN, 2010, p.10), elementos da tática *Black Bloc* já teriam sido utilizados durante os *Days of Rage* de 1969, nos Estados Unidos, mas a estética tática e os métodos de confrontação dos Blocs teriam se “refinado” apenas durante os protestos antinucleares ocorridos na Alemanha dos anos 1980. Desde então, ainda segundo o autor, jovens da cena anarcopunk e de origem da classe trabalhadora teriam passado a uniformizar-se, cobrindo seus rostos e vestindo-se de preto para dificultar a identificação, singularização, repressão e incriminação dos manifestantes por parte das autoridades. Os blocos não chegaram a constituir uma organização formal e contínua, mas apenas grupos de coesão temporária formados para atingir objetivos imediatos, constituindo assim uma força contingente nas lutas de rua.

Após a Batalha de Seattle, a atuação de adeptos da tática *Black Bloc* tornou-se recorrente nos protestos que marcaram o chamado “movimento antiglobalização” (DI GIOVANNI, 2012), como os que ocorreram em Praga no ano 2000, durante a reunião do FMI e do Banco Mundial, e em Gênova em 2001, durante reunião da cúpula dos oito países mais ricos do mundo. Na cidade italiana, a repressão policial culminou na morte de Carlo Giuliani, manifestante que foi alvejado na cabeça e em seguida atropelado por policiais durante um dos confrontos.

Além da proximidade de suas pautas, os protestos citados tiveram como traço comum o uso das tecnologias digitais para a articulação e cobertura jornalística independente dos atos. O aspecto descentralizado de sua organização dificultava a identificação de lideranças para a sua incriminação por parte das autoridades. As mesmas características estiveram presentes também num ciclo posterior de protestos, em 2011. Embora tenham apresentado maior diversidade de pautas, impedindo a sua classificação como “movimento antiglobalização”, denotaram o

aspecto “imitativo” – no sentido que Tarde atribuiu ao termo² – das mobilizações em escala global.

No ano de 2011 ocorreu um fenômeno que há muito não se via: uma eclosão simultânea e contagiosa de movimentos sociais de protesto com reivindicações peculiares em cada região, mas com formas de luta muito assemelhadas e consciência de solidariedade mútua. Uma onda de mobilizações e protestos sociais tomou uma dimensão de movimento global. Começou no norte da África, derrubando ditaduras na Tunísia e Egito e no Iêmen; estendeu-se à Europa, com ocupações e greves na Espanha e Grécia e revolta nos subúrbios de Londres; eclodiu no Chile e ocupou Wall Street, nos EUA, alcançando no mesmo ano até mesmo a Rússia. (CARNEIRO, 2012, p.7)

A violência policial, em maior ou menor escala, atravessou também o novo ciclo de protestos. Na Tunísia, a polícia matou pelo menos 147 pessoas e feriu outras centenas; números ainda mais altos de mortos e feridos são atribuídos à polícia egípcia, que, na chamada Sexta-Feira da Ira, empreendeu um violento esforço de desocupação de prédios públicos e da praça Tahir, principal símbolo de ocupação popular (CASTELLS, 2013, p. 25-48). Ainda em 2011, durante as manifestações dos Indignados na Espanha, só em Barcelona foram registrados mais de uma centena de casos de espancamento de manifestantes pela polícia. Os números comprovam que, guardadas as diferenças de intensidade, a repressão violenta a protestos é uma característica presente tanto em governos ditatoriais quanto naqueles que se pretendem democráticos.

As agressões praticadas por agentes do Estado não raro servem de combustível para a explosão demográfica das manifestações de rua, reação esta que se tornou ainda mais dinâmica devido à instantaneidade da circulação de informações e a possibilidade de os próprios manifestantes divulgarem suas versões sobre a violência deflagrada. Nos citados protestos de Barcelona, como resposta à transmissão de cenas de violência policial pela TV e pela internet, o movimento convocou um ato contra a violência policial e em apoio às demandas populares, que atraiu 200 mil pessoas para as ruas da cidade (CASTELLS, 2013, p. 108). No Egito, o espancamento e assassinato de um jovem ativista pela polícia levou outros ativistas – incluindo um executivo da Google – a criar a página “Todos somos Khaled Said”, que teve adesão de milhares de pessoas no mundo todo e serviu como plataforma para o agendamento de protestos contra a brutalidade policial.

Nas manifestações brasileiras de 2013, a história não foi diferente.

VIOLENCIA, MÍDIA E EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA NAS MANIFESTAÇÕES BRASILEIRAS

Foi a ação violenta das forças policiais contra ativistas e jornalistas no dia 13 de junho, em São Paulo, que sensibilizou setores da sociedade até então descolados da agenda

² Ao discorrer sobre “as leis da imitação”, Gabriel Tarde propõe que “todas as semelhanças são devidas a repetições” (*apud* VARGAS, 2010, p. 224) que, no mundo social, resultam da imitação. Assim, o que foi produzido como inovação se propaga e amplifica continuamente. Para Tarde, o ser social é essencialmente um imitador e a imitação transcorre à distância, de maneira “consciente ou inconsciente, voluntária ou involuntária, unilateral ou recíproca” (VARGAS, 2010, p. 226).

de reivindicações propostas pelo Movimento Passe Livre (MPL), culminando nas centenas de passeatas que levaram milhões às ruas do país nas chamadas Jornadas de Junho. O movimento iniciado por organizações políticas de esquerda foi subitamente engrossado pela participação de cidadãos até então desmobilizados. Diante da pluralidade de gritos que se amparavam sob a bandeira do apartidarismo e do episódio de agressão contra sindicalistas e militantes de partidos de esquerda, espalhou-se o temor de que o fascismo tomaria conta do movimento que, por sua vez, seria apropriado por setores conservadores da política nacional.

Entretanto, no dia 20 de junho, quando o público das manifestações atingiu seu ápice com cerca de um milhão de pessoas somente na cidade do Rio de Janeiro, a “vigorosa” atuação da polícia obteve êxito em esvaziar as ruas, devolvendo as manifestações à variada militância de esquerda. No Rio, o Batalhão de Choque e o Batalhão de Operações Especiais (Bope) demonstraram sua imbatível força e evacuaram violentamente os bairros do Centro, Lapa, Glória, Catete e Laranjeiras, levando pânico às centenas de milhares de manifestantes que haviam tomado a Avenida Presidente Vargas em protesto. Incontáveis registros audiovisuais e relatos de violência foram compartilhados pelas redes sociais, promovendo indignação e medo nos cidadãos. A grande maioria foi desestimulada a voltar às ruas, mas a polícia ainda estava longe de acalmar o clamor popular.

À medida que a violência do Estado era experimentada pelo corpo, captada por câmeras e *smartphones* e denunciada nas redes sociais, cada vez mais manifestantes adotaram posições políticas radicais e aderiram à performance e indumentária peculiares à tática *Black Bloc*. Os pequenos danos ao patrimônio que teriam justificado a violência policial do início de junho multiplicaram-se à medida que um número crescente de jovens passava a vestir máscaras e engajar-se em gestos iconoclastas de depredação de agências bancárias, prédios públicos, ônibus, viaturas policiais e demais ícones do poder político e econômico.

As forças policiais não souberam agir senão pelos seus violentos métodos habituais – cassetetes, tiros de borracha, bombas de gás lacrimogêneo e spray de pimenta. Contudo, depararam-se com manifestantes que não apenas resistiam às tentativas de dispersão, utilizando pedras, bombas caseiras, tapumes e pedaços de pau, mas que também pareciam alimentados pela performance policial violenta.

O desenrolar dos protestos foi influenciado de modo determinante pela entrada em cena de dispositivos eletrônicos e sistemas de informação, cuja participação nas manifestações adicionou novos repertórios de possibilidades para a ação social e introduziu significativas mudanças nas relações de força entre polícia, imprensa e ativistas políticos. Nesse novo contexto, os policiais não podiam mais simplesmente eliminar seus opositores em “autos de resistência” como fazem em favelas, pois estavam nas áreas centrais da cidade, desconheciam a origem social de seus inimigos e não podiam se esquecer das poderosas e onipresentes câmeras espalhadas em posse dos manifestantes. Estas introduziram a garantia de que a Constituição e os tratados internacionais de direitos humanos fossem respeitados (pelo menos até certo ponto).

Seguindo a tendência difundida internacionalmente desde a Batalha de Seattle, manifestantes passaram a registrar e compartilhar, por meio de suas câmeras e *smartphones*, os eventos que testemunhavam. Multiplicaram-se as transmissões ao vivo dos protestos via *streaming*, cujos ápices de audiência chegaram a dezenas de milhares de expectadores. Tais coberturas independentes têm obtido êxito em conectar as batalhas campais travadas nas ruas às guerras de narrativas transcorridas

no ciberespaço, chegando, por vezes, a desautorizar o discurso hegemônico da mídia de massa, especialmente no que tange as narrativas sobre a violência durante os protestos.

A NARRATIVA DA GRANDE MÍDIA

Para além da trivial busca pelo lucro que orienta qualquer empreendimento capitalista, o que é peculiar às empresas de mídia de massa é o fato de exercerem grande influência sobre os rumos da opinião pública, chegando mesmo a pautar os assuntos a serem discutidos pelas pessoas. Assim, a exposição da violência pela a mídia conservadora deve ser lida não apenas a partir de seus interesses econômicos, mas também levando em conta seu viés político. Enquanto aqueles são alcançados mediante a exposição de imagens caóticas envolvendo confronto físico, incêndio e destruição, os interesses políticos são revelados na edição do material, na escolha do que será mostrado ao público e nos textos editoriais que são escritos ou narrados, de forma a orientar o leitor, espectador ou internauta a uma única interpretação possível daquilo que é mostrado. Isso fica claro nas manchetes dos jornais durante as Jornadas de Junho.

Em 7 de junho de 2013, dia seguinte à realização do primeiro de uma série de protestos puxados pelo Movimento Passe Livre, a Folha de São Paulo e o Estado de São Paulo, principais diários do estado, apresentaram fotos de manifestantes queimando catracas de papelão e de encapuzados pulando sobre uma cabine da polícia militar derrubada, com as respectivas manchetes: “Vandalismo marca ato por transporte mais barato em SP” e “Protesto contra a tarifa acaba em depredação e caos em SP”. A cobertura dos protestos por esses jornais inaugura uma abordagem que seria encampada pela imprensa nos próximos dias: “a desqualificação das manifestações como atos de vandalismo motivados por interesses político-partidários de pequenos agrupamentos extremistas” (JUDENSNAIDER et al, 2013, p. 32). Ainda segundo a Folha, “a PM utilizou balas de borracha e gás para tentar conter a depredação”, manchete que reforça a ideia, vendida pelos principais meios de comunicação de massa durante toda a primeira semana de protestos, de que cabia às forças de segurança do Estado utilizar o monopólio do uso legítimo da força física – conforme a conhecida expressão de Weber – para conter a violência ilegítima dos manifestantes.

Enquanto a violência policial permanecia camuflada, os “atos de vandalismo” ganhavam destaque nos noticiários televisivos e nas capas dos jornais, que encamparam um discurso de deslegitimação do movimento envernizado pela divulgação de imagens espetaculares de vidraças quebradas de agências bancárias, pontos de ônibus, lojas e prédios públicos depredados. Ao mesmo tempo, insistiam no discurso que justifica as ações da polícia como formas de “contenção” ou de “revide”, legitimando o uso de bombas de gás lacrimogêneo, bombas de efeito moral, spray de pimenta, armas de choque elétrico (tasers) e tiros de balas de borracha.

Tal discurso só começa a ser modificado após o ato do dia 13 de junho. Cenas de perseguição de manifestantes por policiais, de espancamentos gratuitos contra ativistas pacíficos e de jornalistas e transeuntes alvejados por balas de borracha circularam nas redes sociais digitais e contribuíram para insuflar a mobilização de milhares de pessoas que se mostravam dispostas a participar dos próximos protestos em todo o Brasil. Esses foram os principais fatores apontados como responsáveis pela “ostensiva mudança de abordagem nos meios de comunicação”

(JUDENSAIDER et al, 2013, p. 24). Antes confortável na posição de deslegitimadora dos levantes populares, valendo-se do espetáculo da violência produzida por manifestantes como recurso político, a grande mídia percebe que precisa mudar de plumagem a fim de manter a credibilidade de seus veículos de comunicação frente a milhares de cidadãos que, agora, se insurgem contra a violência policial e a favor do direito democrático de protestar. A partir desse momento, a espetacularização da violência ganha novo foco, linhas editoriais ganham nova orientação e até o comentarista Arnaldo Jabor, da TV Globo, vem a público pedir desculpas pela desqualificação apressada que havia feito do movimento.

O processo de conversão ideológica da grande mídia ocorre principalmente em duas frentes. De um lado, cresce a responsabilidade em reportar os excessos da polícia no uso da violência, incluindo certos eventos que fogem ao espaço das manifestações – como ocorreu no caso do desaparecimento do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, morador da favela da Rocinha que foi detido por policiais da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP) no dia 14 de julho.

Por outro lado, surge a necessidade de operar uma distinção entre manifestantes “pacíficos” e “baderneiros”, de forma a não se posicionar contra os protestos em si – agora entendidos como um direito inerente à democracia – mas apenas contra o grupo de “vândalos” que interessa destacar.

De maneira orquestrada ou casual – isto é, conduzindo ou sendo conduzidos pela opinião pública – o fato é que a imagem dos manifestantes transmitida pelos meios de comunicação sofre uma profunda alteração. Eles deixam de ser os vândalos isolados e irresponsáveis dos primeiros dias e passam a ser vistos como um grupo social predominantemente legítimo que, partindo da crítica ao custo dos transportes, aponta para uma crítica mais ampla às deficiências da política e do Estado brasileiro (JUDENSAIDER et al, 2013, p. 150).

A partir dessa mudança de abordagem, em meados de junho, a cobertura das manifestações pela grande mídia passa a apostar em uma nova ferramenta ideológica que, curiosamente, reflete a própria característica dos movimentos populares do mundo globalizado, desde o levante do Exército Zapatista de Libertação Nacional (ELZN) de 1994: a coexistência de diversos grupos sociais distintos e as múltiplas orientações em termos de ação e de reivindicações, resultantes exatamente da diversidade contida na noção zapatista de “um mundo onde cabem vários mundos”. A difusão das pautas (violência policial, projetos de emenda constitucional, gastos com a Copa do Mundo e Olimpíadas, cura gay, melhorias para educação, saúde e transportes, dentre outras), que naturalmente surge com o aumento do número de manifestantes, contribui tanto para a tentativa de enfraquecimento do movimento – como podemos supor na manchete “milhares vão às ruas contra tudo”, da Folha – quanto para a pretensão de pautá-lo segundo seus interesses, conforme sugere a capa da revista Veja: “A revolta dos jovens – depois do preço das passagens, a vez da corrupção e da criminalidade?”.

A diversidade de pautas e de formas de ação também permite que a mídia legitime a participação popular, que se havia tornado massiva, ao mesmo tempo em que criminaliza a ação de grupos específicos, geralmente mascarados, que aderem à tática *Black Bloc* de depredação de símbolos do capitalismo e de resistência e enfrentamento da ação da polícia. Agora, ao publicar vídeos e imagens de quebra-quebra em jornais, telejornais e páginas virtuais, a grande mídia alimenta o proselitismo contido no mantra tantas vezes repetido: “a manifestação seguiu

pacífica, até que mascarados infiltrados iniciaram atos de vandalismo, depredação e quebra-quebra” (BEZERRA, 2013).

No Rio de Janeiro, há pelo menos dois casos de manifestações posteriores a junho que ilustram muito bem isso: no dia 17 de julho de 2013, durante o Ocupa Cabral, que levou manifestantes à rua do nobre bairro do Leblon onde mora o governador Sérgio Cabral, a polícia permitiu que barricadas de fogo fossem feitas e agências bancárias fossem quebradas. Ao ver a situação caótica daquele bairro de classe alta, convenientemente explorada com imagens nos telejornais, muitos moradores posicionaram-se contra os “vândalos” que promoveram tais atos de destruição.

Já no dia 7 de outubro, durante a greve dos professores da rede municipal, o distanciamento e a falta de reação da polícia durante uma manifestação de apoio aos educadores do estado e do município abriram espaço para um verdadeiro espetáculo pirotécnico performado pelos manifestantes. Em retaliação à aprovação do plano de cargos e salários dos professores municipais, transcorrida sem negociação com o sindicato e mediante o isolamento da Câmara dos Vereadores com grades e bloqueios policiais na rua, manifestantes promoveram a depredação do Palácio Pedro Ernesto com coquetéis molotov, rojões e morteiros sendo lançados em suas portas e janelas. A impressionante capa dos periódicos do dia seguinte, que traziam a imagem de um ônibus em chamas atravessado na principal avenida do centro da cidade, convidava a população a repudiar a ação dos “baderneiros”. Graças a essa tática, a polícia, na manifestação da semana seguinte, dobrou seu efetivo, reprimiu manifestantes, desfez o acampamento do Ocupa Câmara e deteve quase 200 pessoas que se encontravam sentadas nas escadarias do prédio (BEZERRA, 2013). No dia seguinte, a manchete de capa do jornal O Globo “informava”: “lei mais dura leva 70 vândalos para presídios”.

MIDIATIVISMO E NETWAR

Em que pese todo o esforço empreendido, o sequestro da opinião pública pela grande mídia nem sempre é bem sucedido. Para tanto, a atuação de grupos e coletivos midiativistas tem sido cada vez mais relevante. A partir de junho de 2013, os coletivos de mídia independente previamente existentes ganharam maior visibilidade e adesão, ao mesmo tempo em que se formaram, também, novos coletivos que passaram a divulgar vídeos, fotografias, textos e *memes* sobre as manifestações e temas relacionados às suas pautas.

Cada vez mais, o ativismo político vem desenvolvendo-se sob moldes semelhantes ao que Arquilla e Ronfeld (2001), em trabalho desenvolvido para o Escritório da Secretaria de Defesa dos Estados Unidos, denominaram *netwar*. O conceito designa a adoção do formato de rede para a organização, doutrina e estratégia dos grupos dispersos envolvidos na promoção de conflitos e/ou prática de crimes, utilizando-se dos recursos disponíveis na era da informação. Os autores acreditam que este modo organizacional – cujo embrião teria surgido com o movimento zapatista, em 1994 – tende a se alastrar e marcar os conflitos das próximas décadas, pois apresenta uma série de vantagens com relação aos modelos organizacionais hierárquicos e às apostas no confronto militar tradicional. O conceito de *netwar* abarca desde a articulação das organizações terroristas até o ativismo de ONGs pela preservação ambiental, e engloba também as disputas deflagradas no campo da narrativa, através das redes sociais, blogs e grupos de discussão.

A deflagração da *netwar* a partir das jornadas de junho desconcertou as instituições de segurança pública, que subitamente se depararam com a necessidade de reformular seus métodos de ação. Ainda nos primeiros atos contra aumento da tarifa, acreditava-se que os pequenos danos ao patrimônio praticados por uma parcela dos manifestantes bastariam como argumento para que os protestos fossem severamente reprimidos. A imprensa cumpriria o seu papel legitimador dos abusos de autoridade cometidos e a “ordem” seria reestabelecida, sem maiores custos políticos. Entretanto, não contavam com o empoderamento do cidadão comum proporcionado pela ampliação do acesso às tecnologias de comunicação. Estupefata, a polícia viu-se pressionada pelas denúncias de abuso da força que “viralizaram” a *web* em forma de vídeos e relatos pessoais. Pautas como o direito à livre manifestação e a desmilitarização das polícias despontaram dentre as demais reivindicações, trazendo a segurança pública para o centro do debate.

No Rio de Janeiro, a mesma rede de mobilizações que passou a denunciar as arbitrariedades da PM durante as manifestações acabou também abraçando as causas pelas quais os movimentos sociais de direitos humanos vinham lutando há muitos anos. Além do citado desaparecimento de Amarildo, caso que alcançou repercussão midiática internacional, a morte de nove pessoas durante uma operação policial no Complexo da Maré também ganhou maior visibilidade do que de costume, tendo em vista a habitual apatia popular diante dos chamados “autos de resistência”, apesar de terem ocorrido, somente no estado do Rio, mais de dez mil mortes em confronto com polícia em apenas dez anos (MISSE *et al.*, 2013).

A grande mídia, por sua vez, surpreendeu-se com o descrédito em que mergulhou e acabou retificando algumas de suas versões e opiniões, diante da impossibilidade de conter o fluxo das informações que circulavam pela internet. A emergência de novos atores produzindo registros audiovisuais, relatos e análises sobre os protestos colocou em xeque a primazia da mídia comercial sobre a formação da opinião pública. Versões apresentadas por grandes emissoras e jornais sobre as manifestações foram sucessivamente combatidas e desmentidas por usuários de redes sociais como o Facebook, Twitter e Youtube³. Inúmeras situações de incongruência entre as narrativas da grande mídia e os registros realizados e divulgados por midiativistas – fossem eles autônomos ou organizados – contribuíram para acentuar o descrédito com relação às informações apresentadas nos principais veículos.

Não obstante, as narrativas midiativistas sobre a violência em protestos fizeram mais do que desmentir as versões policiais autenticadas pela imprensa. Ao privilegiarem a exibição das cenas de confronto em suas edições, acrescentando comentários e títulos que ressaltavam a ideia de revolta popular, os coletivos midiativistas não apenas contribuíram para certa glamourização da violência, mas também ajudaram a acentuar a invisibilidade da pluralidade de pautas e atores envolvidos nos protestos, postura que eles próprios criticavam. A violência tornou-se o carro-chefe da

3 No Rio de Janeiro, um caso emblemático foi o do manifestante Bruno Ferreira, preso injustamente durante uma manifestação realizada no dia 11 de julho. Acusado de portar uma mochila com coquetéis molotov e de ferir um policial com um desses artefatos, Bruno recebeu apoio de integrantes da Mídia NINJA (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação), que solicitaram aos internautas que enviassem imagens de Bruno nos momentos precedentes à sua prisão. Além de provar que o manifestante não estava portando uma mochila durante o ato, alguns vídeos mostram outro homem, acusado pelos internautas de ser um policial infiltrado (P2), lançando o artefato que atingiu o policial. Com base nessas imagens que inundaram as redes sociais, foram arquivadas as denúncias contra Bruno. Os principais telejornais do país, após terem ratificado a culpabilidade de Bruno ao noticiarem sua prisão, foram obrigados a desmentir as versões apresentadas e retratar-se com o rapaz.

cobertura feita por muitos dos principais coletivos, seja no intuito de denunciar arbitrariedades policiais, seja sensibilizando o público para a sedutora iconoclastia *Black Bloc*. Imagens de jovens lutando com pau e pedras contra um veículo blindado da PM, enfrentando bombas e resgatando companheiros das mãos da polícia proporcionaram sentimentos de admiração pela bravura dos rapazes da “linha de frente”, angariando mais adeptos às táticas de resistência e “ação direta” e conquistando a simpatia de muitos que antes se posicionavam contrários a esse tipo de atuação.

De um modo geral, não houve consenso por parte dos midiativistas e manifestantes sobre a violência em protesto ser desejável ou não. Muitos argumentavam que, para além dos riscos a que os manifestantes comuns eram submetidos em virtude dos confrontos, os atos de resistência e depredação iconoclastica do patrimônio público e privado afastavam a opinião pública, resultando assim no esvaziamento das ruas. Outros, no entanto, ressaltavam que os protestos só ganhavam alguma visibilidade quando eclodiam confrontos.

É também em torno das questões da violência que se concentra a importante relação entre a construção do movimento antiglobalização e o espetáculo midiático globalizado. Cenas de confronto e destruição, quanto mais envolvam fumaça, sangue e chamas, mais atraem a atenção da imprensa e mais facilmente circulam no mercado internacional de notícias (DI GIOVANNI, 2012, p. 91).

Embora a narrativa midiativista tenda a retratar os confrontos como sempre resultantes de uma arbitrária tentativa de dispersão dos atos públicos, bem se sabe que, por vezes, os próprios manifestantes provocam a polícia, no intuito de desencadear as cenas de violência que compõem o *script* habitual dos finais de manifestação. Mas isso, é claro, não exime de modo algum a polícia de sua responsabilidade pelos abusos de poder e demais atos criminosos, cometidos sob o argumento de manutenção da ordem.

Uso desproporcional da força, prisões arbitrárias, flagrantes forjados e demais violações de direitos foram sucessivamente praticados por policiais. No entanto, a atuação dos midiativistas e de advogados voluntários – principalmente da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ), do Instituto de Defesa dos Direitos Humanos (IDDH) e do *Habeas Corpus* – introduziu novas linhas de tensão a serem administradas pelo Estado. Os conflitos travados nas ruas entre policiais e manifestantes, assim como as disputas jurídico-legais em torno das tentativas de criminalização dos protestos, culminaram em embates retóricos que se beneficiaram fortemente dos espaços virtuais de discussão para ampliar o seu alcance. Iniciativas do poder público voltadas para a repressão aos manifestantes – como a criação da Comissão Especial de Investigação de Atos de Vandalismo em Manifestações Públicas (CEIV) e a Lei Estadual 6.528/13, que proibiu o uso de máscaras durante os protestos – foram combatidas mediante alegações de inconstitucionalidade, embora o êxito da pressão popular tenha se limitado à reformulação de apenas alguns pontos dessas medidas.

Em casos de detenção e prisão de manifestantes, as disputas pelas autênticas versões dos fatos estiveram atravessadas por registros audiovisuais dos flagrantes, ao passo que a adjudicação entre os fatos e as leis foi debatida em larga escala, pressionando o Ministério Público e a Justiça a reverem a tipificação dos casos, como ocorreu face à tentativa dos delegados de classificar manifestantes na Lei de Organizações

Criminosas. Apesar do apoio da grande mídia à tentativa de uso desta lei para manter ativistas políticos presos, o judiciário entendeu que tal diploma legal não se aplicava ao caso dos manifestantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assistimos a um novo momento histórico em que as lutas sociais que se autointitulam movimentos “antiglobalização” ou “anticapitalistas” passaram a utilizar ferramentas tecnológicas disponibilizadas pelos próprios fenômenos ao qual se contrapõem. Nos anos 1980, cientistas sociais demonstraram-se preocupados com as ameaças à sobrevivência da diversidade cultural proporcionada pelos efeitos da globalização, da mídia de massa e da “comoditização” da cultura popular. No entanto, diversos autores passaram a enfatizar as respostas adaptativas locais às transformações decorrentes da globalização, empregando o termo “resistência” para desmentir a presunção de passividade dos povos periféricos aos novos enquadramentos de poder e produção material (HANNERZ, 1992).

Embora o surgimento e difusão da internet tenha sido exaltado por uma série de entusiastas, proliferaram as desconfianças sobre a virtualização das relações sociais, o desenvolvimento de dispositivos de controle difusos (o biopoder de que fala Foucault) e a propagação dos padrões culturais norte-americanos para o resto do mundo. Entretanto, como ressaltaram Malini e Antoun (2013), a dinâmica de consumo dos portais da internet – grandes *hubs* ou centros de difusão da informação – perdeu espaço para as interações *peer-to-peer* (P2P). Pensada outrora como o paraíso da publicidade e do capitalismo de risco, a internet deu azo à eclosão do compartilhamento de conteúdos protegidos por direitos autorais, ao *hacktivismo* (WRAY, 1998) e à *netwar* promovida por movimentos sociais (ou mesmo por organizações terroristas).

Tomando por referência os conceitos evocados por Marriot e Cohn (1958) para referir-se à conformação de centros nas redes de significado, podemos afirmar que está em curso uma intensificação da comunicação *simétrica* em detrimento da *assimetria* que caracteriza o fluxo de significados do centro em direção à periferia. Antes mesmo de as redes sociais como Twitter e Facebook existirem, Hannerz (1992) já ressaltava que, em vez de serem apenas centralizadas e assimétricas, as redes do mundo globalizado poderiam apresentar níveis variados de simetria e assimetria, pois a expansão da mídia de massa estaria ocorrendo em paralelo aos avanços tecnológicos que potencializam as comunicações simétricas entre agentes individuais ou coletivos.

A oposição entre as comunicações assimétricas ou simétricas traduz-se também na diferença entre a *mídia irradiada de massa* e a *mídia distribuída de multidão*, conceitos evocados por Malini e Antoun (2013), com base nos trabalhos de Hardt e Negri, para expressar a diferença entre a lógica da difusão das ondas de rádio e TV e aquela da distribuição da informação em redes interativas. Esses, contudo, são modelos ideais que não encontramos em sua forma pura. No caso do midiativismo brasileiro, algumas expressões dos variáveis níveis de simetria e assimetria dos fluxos de significado podem ser encontradas na conformação de pequenos *hubs* que vêm assumindo uma relativa centralidade circunstancial no processo de distribuição da informação alternativa sobre os protestos, como ocorre com as páginas do Facebook de *Anonymous*, *Black Bloc* e de coletivos midiativistas como NINJA, Vinhetando, Voz das Ruas, Mídia Independente Coletiva, Mariachi e outros.

É, no entanto, enorme a heterogeneidade dos atores e pautas envolvidas nos protestos virtuais e presenciais desde junho, de modo que a articulação do movimento se configura primordialmente em formato de redes descentradas ou, recorrendo a Deleuze e Guattari, mais rizomáticas e menos arborecentes. Os coletivos envolvidos rejeitam qualquer forma de “aparelhamento” ou “capitalização política”, termos nativos empregados para referir-se a pretensas tentativas de centralização das opiniões e tomadas de decisão identificadas na articulação do “movimento”. Constituiu-se, ao longo de 2013, uma ampla e variada rede que abrange desde sindicatos e organizações estudantis ligadas a partidos da oposição de esquerda até coletivos virtuais de adeptos do anarquismo, passando por movimentos sociais pelos direitos humanos, causa indígena, LGBT e outros.

É possível supor que a relativa coesão que coloca em relação tantas entidades e coletivos aprioristicamente incompatíveis seja resultante do trabalho midiativista de produção de consenso entre as narrativas independentes. As constantes reuniões presenciais entre as mídias livres e sua circulação pelas diversas plenárias e assembleias populares assumem um papel mediador e conciliador. Embora persistam as divergências de orientação política e acusações recíprocas entre coletivos distintos, o repórter independente conquistou um papel social no cenário da militância real e virtual que lhe confere legitimidade e credibilidade junto ao conjunto total dos manifestantes. Isso se deve, principalmente, à sua prestigiosa atuação no combate à hegemonia do discurso da grande mídia, pelo menos do ponto de vista dos próprios ativistas.

Com base no acompanhamento paralelo das coberturas independentes e dos principais jornais e emissoras de TV sobre os protestos, foi possível identificar três pontos capitais de dissenso entre as narrativas propostas: as pautas, o número de manifestantes presentes e a violência. As pautas dos protestos apresentadas pela imprensa corporativa costumam ser diferentes daquelas propostas na convocação dos atos pelo Facebook e presentes nos vídeos e relatos independentes sobre as manifestações. É, ainda, enorme a disparidade entre o número de pessoas presentes nos atos públicos divulgado em jornais e telejornais e aquele alardeado nas redes sociais. Mas o principal ponto de divergência repousa sobre as versões apresentadas sobre a violência. Enquanto a grande imprensa costuma atenuar e ocultar arbitrariedades cometidas por policiais, enfatizando os atos de “vandalismo” praticados por “uma minoria de mascarados infiltrados”, os midiavivistas tendem a culpar a violência policial pelo início dos confrontos, responsabilizar supostos “policiais infiltrados” (chamados P2) por atos considerados ilegítimos e apresentar a resistência à polícia e o dano ao patrimônio público e privado como efeitos de uma revolta popular. Percebemos que nenhum dos lados procura posicionar-se de maneira isenta, embora a grande mídia ainda se fie num discurso que destaca a imparcialidade de seu jornalismo.

Ao discorrer sobre a segmentação política dos estados-nação modernos, Herzfeld (1992) propõe-se a analisar como as narrativas concorrentes sobre os eventos passados são organizadas de maneira a dar credibilidade às ações do futuro. Para o autor, as diferentes versões e interpretações apresentadas sobre um mesmo fato histórico denotam interesses e posicionamentos políticos divergentes, da mesma maneira que as variantes de um mito encontram-se relacionadas às diferenças de organização social dos povos que as contam. Considerações semelhantes podem ser feitas a respeito da disparidade entre as versões dos fatos apresentadas pela grande imprensa e as mídias independentes. Ao passo que grupos corporativos moldam suas narrativas de maneira a direcionar a opinião pública para a intensificação da

repressão aos protestos, coletivos de mídia alternativa constroem narrativas que visam a insuflar o clamor por mudanças na ordem estabelecida.

A divisão analítica em dois segmentos de mídia – a grande mídia e os coletivos midiativistas – lembra outra distinção, feita por Mannheim (1976), acerca dos termos ideologia e utopia, que o autor atribui, respectivamente, aos segmentos interessados na manutenção das relações de poder e àqueles que almejam mudanças na ordem social. Mannheim foi o primeiro a situar a ideologia e a utopia dentro de um quadro comum⁴ – seguido posteriormente por Ricoeur (1997) –, divergindo dentro do mesmo aspecto de “incongruência” e “discrepância” com a atualidade. No entanto, se a ideologia legitima a autoridade, a utopia confronta o poder, fundamentando as ações pela transformação da ordem. Segundo Ricoeur, o sentido de “lugar nenhum” atribuído por Thomas Moore à utopia evoca a capacidade de propiciar uma visão de fora do sistema social. Embora ambos os conceitos transcendam a ordem existente, a ideologia tende a constituir-se como uma acusação (é sempre a dos outros), enquanto a utopia chega a consistir num gênero literário.

Distanciando-se de outras concepções de ideologia, como a proposta por Marx⁵, Mannheim atribui a esse conceito uma das “descobertas emergentes do conflito político, que é a de que grupos dominantes podem, em seu pensar, tornar-se tão intensamente ligados por interesse a uma situação que simplesmente não são mais capazes de ver certos fatos que iriam solapar seu senso de dominação” (MANNHEIM, 1976, p. 66). De maneira análoga, o sociólogo alemão afirma que o conceito de pensar utópico reflete a descoberta oposta à primeira, que é a de que “certos grupos oprimidos estão intelectualmente tão firmemente interessados na destruição e na transformação de uma dada condição da sociedade que, mesmo involuntariamente, somente vêem na situação os elementos que tendem a negá-la” (idem, p. 67).

É nesse sentido que ambos conceitos parecem profícuos para refletir, respectivamente, sobre a atuação da grande mídia e dos coletivos midiativistas no cenário político atual, no sentido de que ambos elaboram seus discursos a partir do posicionamento social que ocupam e dos interesses que defendem. Não há novidade alguma em acusar a imprensa de ser ideológica, visto que Gramsci, há cerca de 80 anos, já a havia definido como a parte mais considerável e mais dinâmica da frente ideológica da classe dominante, que cumpre a função de organizar a compreensão dos fatos sociais (GRAMSCI, 2001). No entanto, ao admitir o aspecto utópico do midiativismo, ressaltamos que o trabalho de deslegitimação das narrativas hegemônicas não repousa tão meramente em um maior compromisso com a verdade, tal como reclama o lema “baixa definição e alta fidelidade” da Mídia NINJA, mas sim sobre o interesse na transformação social.

⁴ Ao contrário de Marx, que entende as utopias como apenas outras formas de ideologia, na medida em que são pré-científicas e opõem-se à *praxis*.

⁵ Em texto de 1846, Marx e Engels (2007) definem a ideologia como o sistema de representações do mundo através do qual a classe dominante legitima a sua posição face às classes dominadas. Inspirando-se na operação de inversão realizada por Feuerbach com relação à religião – a ideia de que sujeito e predicado encontram-se invertidos na concepção religiosa de que Deus criou o homem à sua imagem e semelhança –, Marx e Engels evocam a metáfora da câmara escura para explicar a concepção idealista que inverte a ordem genética real e falsamente representa as ideias como dotadas de uma significação autônoma nessa esfera, tal qual fossem o motor da vida real. Mannheim, por sua vez, opera uma extensão epistemológica do marxismo ao propor que a teoria da ideologia seja convertida em uma sociologia do conhecimento. O autor defende que tudo o que vemos, significamos e dizemos é em função de nossa posição na sociedade e aponta um paradoxo: o conceito de ideologia não pode aplicar-se a si mesmo, já que não há como elaborar uma teoria da ideologia que não seja ela própria ideológica.

REFERÊNCIAS

- ARQUILLA, J.; RONFELDT, D. **Networks and netwars: the future of terror, crime and militancy**. Santa Monica: RAND, 2001.
- ARQUILLA, J. et al. **The Zapatista “Social Netwar” in Mexico**. Santa Monica: RAND, 1998.
- BEZERRA, A. Grande mídia versus coletivos midiativistas: a disputa de narrativas. **e-metropolis**, Rio de Janeiro, p. 60 - 63, 15 set. 2013. Disponível em: <http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos&id=79&lang=pt> Acesso em: 10 mar. 2014.
- CARNEIRO, H. S. Apresentação – Rebeliões e ocupações de 2011. In: HARVEY, D. et al. **Occupy**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2012.
- CASTELLS, M. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- DI GIOVANNI, J. R. **Artes do impossível: protesto de rua no movimento antiglobalização**. São Paulo: Anablume; Fapesp, 2012.
- FERNBACK, J.; THOMPSON, B. **Virtual communities: abort, retry, failure?**. 1995. Disponível em: <<http://www.well.com/~hhr/texts/Vccivil.html>> Acesso em: 15 mar. 2014.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Organizado por: COUTINHO, C. N; NOGUEIRA, M. A.; HENRIQUES, L. S. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. V. 2.
- HANNERZ, U. The global ecumene as a networks. In: **CONCEPTUALIZING society**. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1992. p. 34-56.
- HERZFELD, M. Segmentation and politics in the european nation-state; making sense of political events. In: HASTRUP, Kirsten (Ed.). **Other histories**. London: Routledge. 1992. p. 62-81.
- JUDENSNAIDER, E. et al. **Vinte centavos: a luta contra o aumento**. São Paulo: Veneta, 2013.
- MALINI, F.; ANTOUN, H. **A internet e a rua: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.
- MANNHEIM, K. **Ideologia e utopia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976 .
- MARRIOTT, M.; COHN, B.S. Networks and centres in the integration of Indian civilization. **Journal of Social Research**, n. 1, p. 1-9, 1958.
- MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.
- MISSE, M. et al. **Quando a polícia mata: homicídios por “autos de resistência” no Rio de Janeiro (2001-2011)**. Rio de Janeiro: Booklink, 2013.
- RICOEUR, P. **L’idéologie et l’utopie**. Paris: Editions du Seuil, 1997.

MASSOT, X.; DEUSEN, V. D. **The Black Bloc papers**: an anthology of primary texts from the North American Anarchist Black Bloc 1988-2005. [S.l.] Breaking Glass Press, 2010.

VARGAS, E. V. **Antes tarde do que nunca**: Gabriel Tarde e a emergência das ciências sociais. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2000.

WRAY, S. Electronic civil disobedience and the World Wide Web of hacktivism. **Switch**, San Jose: CADRE Laboratory for New Media, n. 10, 1998. Disponível em: <<http://switch.sjsu.edu/web/v4n2/stefan>>. Acesso em: 15 mar. 2014.